

Infância: Uma Produção dos Adultos. Representações Históricas da Criança

Oscar Cirino*

Inicialmente, é preciso que aceitemos a tese de que a infância é uma fase da vida que a atitude e a sensibilidade do mundo adulto delimitam, valorizam e modelam. Recorreremos então a dois pensamentos adultos que influenciaram profundamente a concepção ocidental da criança. Apesar das marcantes diferenças de suas idéias, gestadas em contextos históricos distintos, podemos aproximar Santo Agostinho e Jean-Jacques Rousseau em pelo menos dois pontos: 1) ambos produziram suas teorias de modo intimamente ligado à suas experiências de vida; 2) cada um, à sua maneira, buscou uma comunhão, uma relação perfeita, sem falta, ou com Deus ou com a Natureza.

Santo Agostinho (354-430) representa o apogeu do pensamento patrístico, que é, de forma genérica, a filosofia cristã dos primeiros séculos. Como se sabe, o Cristianismo, embora essencialmente baseado em verdades de fé (verdades reveladas), teve desde o início a necessidade de justificar-se diante da razão humana, mostrando sua credibilidade e coerência internas. A patrística representa, justamente, a busca da síntese entre a religião cristã e a filosofia grega clássica (a qual ela combate por seu paganismo, mas da qual necessita dos recursos conceituais).

Agostinho realiza esse trabalho com afinco, no momento em que o Cristianismo se consolida como religião de importância social e política, e a Igreja se afirma como instituição. Portanto, ele é um santo-filósofo ou um filósofo-santo, como São Tomás de Aquino (século XIII).

Nos anos 397/398 Santo Agostinho, com cerca de 45 anos, relata nos livros I e II de suas *Confissões* - notável autobiografia, rica em investigações psicológicas - detalhes sobre sua infância e adolescência.

Apesar de não se lembrar do período da amamentação e dos primeiros sorrisos, ele reconhece que já nessa época trazia consigo a marca do pecado original: a alma das crianças não é inocente. Idéia que é comprovada por suas observações, pois já tinha se encontrado com uma criança "cheia de inveja, que ainda não falava e já olhava pálida, de rosto colérico, para [seu] irmãozinho. Quem não é testemunha do que afirmou?... será inocente a criança quando não tolera junto de si, na mesma fonte fecunda do leite, o companheiro destituído de auxílio e apenas com esse alimento para sustentar a vida? Indulgentemente se permitem essas más inclinações, não porque sejam ninharias sem importância, mas porque hão de desaparecer com o andar dos anos". Por isso, Agostinho "envergonha-se" desse período e

RESUMO

Neste trabalho o autor faz um percurso por algumas das mais importantes representações da criança na civilização ocidental. A tomada de consciência da singularidade infantil, em determinado momento da história, possibilitou que a infância pudesse ser pensada como objeto de teorização e de conhecimento. Essa inserção histórica da representação atual da criança parece-nos fundamental para uma elaboração mais rigorosa dos saberes produzidos sobre a criança.

UNITERMOS

História da Infância.

* Preceptor da Residência em Psiquiatria da infância e Adolescência da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, Mestre em Filosofia (UFMG), Psicanalista.

prefere deixá-lo em silêncio ou renegá-lo: "Que tenho eu que ver com [ele], se nem reminiscências conservo?" (Santo Agostinho, 1984, p.14-15).

Para ele a infância deixa de existir, quando "já não era um bebê que não falava, mas um menino que principiava a balbuciar algumas palavras" (Agostinho, 1984, p.15). A partir daí, começam suas recordações: sua paixão pelos jogos e divertimentos, sua indisposição para os estudos, apesar do fascínio pela Eneida de Virgílio, os castigos e penalidades aplicados pelos professores. Recordava-se também dos pequenos furtos, das fraudes e crueldades, bem como de sua ira, quando era derrotado pelos colegas, e de seu orgulho, quando vencida. Desse modo, Santo Agostinho tenta demonstrar que as crianças são eminentemente pecadoras, e se na Bíblia (Mt 19,1) lemos que é "[das criancinhas] o reino dos céus", Deus está, segundo ele, apenas louvando "na estatura das crianças o símbolo da humildade." (Agostinho, 1984, p.25). Ou seja, Deus submete-se à humilhação, não apenas por adotar o aspecto humano, mas por assumir a condição de criança, colocando-se num nível inferior ao do próprio Adão.

Aos dezesseis anos, os prazeres corporais, "os espinhos das paixões", subiram-lhe à cabeça. "Durante o banho, [meu pai] vendo-me entrar já na puberdade e revestido da adolescência inquieta, contou-o todo alegre, a minha mãe, como se tal verificação o fizesse saltar de prazer com a idéia de ter netos. Era uma alegria, aliás, proveniente da embriaguez produzida pelo vinho invisível da vontade perversa e inclinada às coisas baixas - embriaguez com que este mundo esquece o Criador, para, em vez de Vós, Senhor, amar as criaturas. Porém, já tínheis começado a edificar em minha mãe o vosso templo e os fundamentos da vossa santa habilitação. ...Por isso, [ela], com tal nova, agitou-se, levada de piedosa perturbação e temor." (Agostinho, 1984, p.31) Sua mãe que, de acordo com ele, emprestava sua boca para que Deus falasse através dela, aconselhou-o, então, à castidade, que ele ainda demorará algum tempo para seguir.

Assim, gostaria de destacar que o pensamento de Santo Agostinho, que, durante séculos, exercerá influência sobre a tradição cristã e sobre a pedagogia, postula a natureza tendenciosamente má do homem, maldade que seria a verdade da criança antes de qualquer adestramento educativo e moral.

Essa concepção agostiniana da criança será radicalmente confrontada apenas no final do século XVIII, por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), pensador que, apesar de herdeiro da tradição cartesiana, racionalista, colocará o sentimento - cuja sede é o coração ou a consciência moral - no centro de sua visão do homem. Em outras palavras, para Rousseau o eu sensível tem supremacia sobre o cogito racional, do mesmo modo que o senso íntimo sobre a universalidade lógica. Além disso, como alguém que antecipa o Romantismo alemão, ele não pensará a natureza como um sistema de leis e entidades

de caráter matemático, mas como a fonte de todo bem e de todo valor, enfatizando que o sentimento místico de comunhão com a natureza é inseparável do sentimento de interioridade pessoal. Será a partir desses pressupostos que se poderá anunciar um "novo homem", definitivamente reconciliado com a Terra.

Seu livro *Emílio ou da Educação* (1762) tem papel fundamental no estabelecimento dessa nova sensibilidade. Esse manual para educadores, sob forma de romance, pode não ser o primeiro tratado moderno de pedagogia, mas com ele certamente aparece uma preocupação nova que se resume nesta palavra: *educar*. Antes de Rousseau, raras vezes vemos um autor que entenda a natureza humana como maleável, plástica, mutante. O máximo que se pensava dar a uma criança era instrução, jamais educação. Sendo os homens sempre os mesmos - resumindo-se sua diversidade a poucas dezenas de tipos -, seria inviável modificá-los ou, mesmo, afastá-los demais de seus costumes.

Com o *Emílio*, tudo muda. Estabelece-se a idéia de que o homem se faz, de que ele é transformável e perfectível. Por isso, nesse ensaio Rousseau traça as linhas gerais que deveriam ser seguidas com o objetivo de se produzir um adulto bom: o "homem de amanhã" é o fim e sentido último da criança. Mais exatamente, ele trata dos princípios para evitar que a criança se torne má, já que crê na bondade natural do homem, ao contrário, portanto, de Santo Agostinho. Outro pressuposto de seu pensamento consiste em atribuir à civilização a responsabilidade pela origem do mal: "a criança nasce como um bom selvagem, é a sociedade que a perverte". tese da criança-vítima, passiva, que, posteriormente, aparecerá sob outros matizes, vítima da mãe, dos pais, da família...

Como consequência, para Rousseau, a educação deve ter como meta dois aspectos: o desenvolvimento das potencialidades naturais da criança e seu afastamento dos males sociais. Dois aspectos que compõem o sentimento moderno da infância, isto é, a inocência que é preciso conservar (as crianças não têm paixão, nem vício) e a ignorância ou fraqueza que é preciso suprimir ou diminuir.

A educação deve ser progressiva. A cada etapa da vida da criança, novas lições, mas não apenas novos conteúdos, também novos procedimentos para lidar com ela e sua natureza em formação. A primeira etapa, por exemplo, deve ser inteiramente dedicada ao aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos, pois as necessidades iniciais da criança são principalmente físicas. Incapaz de abstrações o educando deve ser orientado no sentido do conhecimento do mundo através do contato com as próprias coisas: os livros só podem fazer mal, com exceção do *Robinson Crusoe*, que relata as experiências de um homem livre em contato com a natureza. Essas indicações de Rousseau nos são bem familiares, pois, afinal, ele fez escola e no Instituto Jean-Jacques Rousseau em Genebra estudaram J.Pestalozzi (1746-1827, seu discípulo direto),

E. Claparède (1873-1940), J. Piaget (1896-1980) e alguém bem próximo de nós, H. Antipoff (1892-1974).

A importância dessa obra de Rousseau é expressa da seguinte maneira pelo filósofo Renato Janine Ribeiro: "... pouco livro de filosofia terá sido tão inaugural quanto o *Emílio*. O interesse que despertou pelas crianças foi tal que... desde então, a infância deixou de ser vista como uma época marcada só pela carência de razão, para se entender como senhora de uma percepção, de um sentimento positivo e próprio. A pedagogia e a psicologia atuais devem muito a Rousseau..." (Ribeiro, 1992).

Já o psicanalista laciano Alain Grosrichard faz uma interessante leitura do texto do filósofo suíço. Recorrendo ao livro IV do *Emílio* que, segundo ele, explicita bem "o que é uma criança para Rousseau", Grosrichard atem-se ao momento em que se vai colocar o problema da educação sexual de Emílio, já com 18 anos. Este momento, requerido pela Natureza, é, para Rousseau, o de um "segundo nascimento": nascemos uma primeira vez para a espécie, e uma segunda vez para o sexo. Antes deste segundo nascimento, o pequeno homem é, de certa forma, assexuado, como um anjo: até a idade [de se casar] as crianças dos dois sexos não têm nada de aparente que as distinga: mesmo rosto, mesmo corpo, mesma pele, mesma voz, tudo é igual. As meninas são crianças, os meninos são crianças, o mesmo nome basta para seres tão semelhantes" (Grosrichard, 1991). Grosrichard comenta que através deste significante "criança" estabelece-se a posição de Rousseau, adotada por todo século XIX: a saber, o lado naturalmente assexuado da criança, a ausência de toda a sexualidade infantil.

Para finalizar, recorrerei a um livro, já clássico na análise das representações históricas da criança. Trata-se de *História Social da Criança e da Família* (1960) do francês Philippe Ariès. Nesta obra em que estuda pinturas, diários, testamentos e ensaios produzidos na Europa, Ariès utiliza a expressão "sentimento da infância" para designar "a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto" (Ariès, 1981, p.156). Esse sentimento da infância não se confunde com a afeição que se possa ter pelas crianças em geral ou por alguma criança em especial. Assim, segundo o historiador, se na sociedade medieval não existia este sentimento, isso não quer dizer que as crianças fossem desprezadas ou negligenciadas, mas sim que não se tinha consciência da singularidade infantil, de seus sentimentos e comportamentos específicos.

Nas sociedades agrárias, medievais, a infância era um período de transição rapidamente superado e sem importância. Sua duração era reduzida à fase mais frágil da criança, que, quando adquiria algum desembaraço físico, era misturada aos adultos, partilhando de seus trabalhos, jogos e festas. De criancinha pequena transformava-se rapidamente em um homem jovem. Sua socialização não era assegurada nem controlada pela família, pois

logo afastava-se dos pais, indo aprender as coisas que devia saber, ajudando os adultos a fazê-las. Seus trajes não as diferenciavam, nem os seus divertimentos. Nesse sentido, Ariès afirma que se a arte medieval não representava a criança com uma expressão particular, limitando-se a reproduzir os adultos em miniaturas (algo semelhante a um anão), não era por incompetência ou falta de habilidade, mas sim porque não havia lugar para a infância nesse mundo. A criança era insignificante.

A existência do "sentimento da infância, presente na Europa a partir do século XVI - e que no Brasil só vai ocorrer tardiamente, uma vez que mantivemos até o final do século XIX uma estrutura feudal e escravagista -, é que permitirá que a criança possa ser pensada como objeto de conhecimento, de teorização e de práticas específicas. A Pediatria, a Pedagogia, a Psicologia do Desenvolvimento e a Psiquiatria Infantil, além dos diferentes dispositivos sociais encarregados de administrar a especificidade da criança (escolas, literatura e teatro infantis, indústrias de brinquedos e de roupas) desenvolvem-se a partir daí rapidamente. Uma série de atributos, de características emocionais, comportamentais e intelectuais passam, então, a ser considerados como inerentes, *naturais* à crianças.

Essa naturalização da representação de crianças vai desembocar, por sua vez, na concepção da existência de uma essência, de uma *natureza infantil*. Não só a criança é representada com tais ou quais características e esta representação passa a se tornar auto-evidente, como também as próprias características atribuídas à criança são percebidas como derivadas de um *estado natural* que lhe é próprio. A justificativa mais imediata que ocorre ao se invocar a naturalidade do ser criança é sua condição de imaturidade biológica. Características psicológicas comportamentais são então vinculadas às condições físicas objetivas do desenvolvimento infantil, como se este desenvolvimento não fosse, ele próprio, socialmente traçado. A criança fica, portanto, prisioneira de uma dupla armadilha da naturalidade. Por um lado, a idéia de criança, tal como a concebemos, nos é natural no sentido de auto-evidente. Por outro, as características que compõem esta representação são atribuídas a uma natureza, própria à condição biológica da criança (SILVA, 1985, p.15-20).

A obra de Ariès relativiza, portanto, nossa representação atual da criança e da natureza infantil. A Psicanálise que não se constitui, é bom lembrar, numa teoria sobre a criança, mas sobre o inconsciente, contribui, por sua vez, para modificar essa representação. Ao subverter a ótica da infância ingênua e bondosa, poderíamos dizer que ela retorna com a imagem agostiniana da criança perversa, só que em outro contexto: não mais o do pecado ou do erro, mas o do saber. As crianças elaboram teorias sexuais que refletem sua capacidade de edificar fantasmas como formas de organizar a realidade. Esses fantasmas, de plena conotação sexual, constituem formas per-

versas de construção da subjetividade: amar o próprio corpo, conceber os bebês pela boca, parir pelo ânus, ver e ser visto pelo outro, são produções infantis. E, mais ainda, o ser humano constitui seu corpo, seu sexo e seu saber em função dessa sexualidade infantil perversa.

Desse modo, a psicanálise, ao dar o estatuto de sujeito a todo ser falante, diferencia a criança do "adulto" (a grande pessoa) não pela idade ou pelo desenvolvimento, mas pela forma como cada um lida com o sexual e com o gozo. Mas essa certamente é uma história para uma outra oportunidade.

SUMMARY

In this paper the author goes through some of the most important representations of the child in western civilization. The taken of conscience of children's singularity in a determinate point of History has made possible that childhood could be thought as an object of theorization and Knowledge. This historical insertion of present representation of childhood seems to be fundamental for a more accurate elaboration of all the Knowledge produced about the child.

KEY WORDS

History of childhood.

Endereço para correspondência:

Rua Brumadinho 355, Prado
Belo Horizonte - MG
CEP: 30.410-120

Bibliografias

1. AGOSTINHO, S. - *Confissões*. Trad. de J. Oliveira Santos e Ambrósio de Pina. 3. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1984 (Os Pensadores).
2. ARIES, P. - *História Social da Criança e da Família*. Trad. de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
3. BOEHNER, P. & GILSON, E. - *História da Filosofia Cristã*. Trad. de Raimundo Vier. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
4. CHAUI, M. de S. - *Introdução in: Rousseau*. 2.ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
5. COSTA, J.F. - *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
6. GROSCHARD, A. - A criança e o significante no Emile in: MILLER, J.(org), *A Criança no Discurso Analítico*. Trad. de Dulce Estrada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1991.
7. RIBEIRO, R.J. - Emílio inaugura o afeto entre mãe e filho. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 abr. 1992. Caderno Mais, p.10.
8. SILVA, M.A.C.R.L. - *Analisa-se uma Criança; A representação de criança e de natureza infantil para os psicanalistas de crianças no Rio de Janeiro*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1985. (Tese, doutorado em Psicologia).
9. VAZ, H.C. *Antropologia Filosófica I*. São Paulo, Loyola, 1991.